

RESENHA

Bookreview

O Brasil no Rio da Prata (1922-1994)¹

*Cíntia Vieira Souto*²

Em 2013, a Fundação Alexandre de Gusmão lançou a coleção “Em Poucas Palavras”, com o objetivo de apresentar temas de política externa e relações internacionais em textos curtos. **O Brasil no Rio da Prata (1922-1994)**, do conhecido historiador Francisco Doratioto, foi lançado nesse ano dentro dessa proposta.

O texto é curto para o recorte temporal analisado, mas não é nada superficial. O autor assume no prefácio ter feito naturais opções reducionistas. Contudo, o resultado é muito satisfatório e preenche uma lacuna na bibliografia sobre as relações do Brasil com a região platina: um texto conciso e completo. Completo também por abordar a região platina como um todo e de forma balanceada. Aqui Paraguai e Uruguai não aparecem como objetos dos sujeitos Brasil e Argentina, como em muitos trabalhos sobre o tema. As relações dos três países com o Brasil são tratadas de forma individualizada, com as naturais interferências de uns sobre os outros. Essa visão mais abrangente da região do Prata é uma vantagem de ser Doratioto um especialista no Paraguai.

No primeiro capítulo, *A busca de rumos e a contenção de Buenos Aires*, o autor aborda o período da Independência até a década de 1860. Ele mostra a vantagem que teve o Brasil em relação às províncias independentes de língua espanhola da região no processo de independência. O Brasil contava com estruturas administrativas, burocratas e militares fieis ao Príncipe Regente e ao novo Imperador, ao passo que as províncias do

¹ DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1922-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014. ISBN: 978-85-7631-510-0

² Professora da Faculdade Porto Alegrense, Historiadora do Ministério Público do RS, mestre em Ciência Política pela UFRGS, doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Email: cintia.souto@gmail.com

Rio da Prata deviam se organizar politicamente depois de substituírem o princípio dinástico pela forma republicana.

O período iniciou com a Guerra Cisplatina (1825-1828), que, segundo Doratioto, obedeceu mais as lógicas geopolíticas coloniais, portuguesa e espanhola, do que a interesses vitais das novas nações. Como consequência da guerra surgiu a República Oriental do Uruguai. Até a maioria de Dom Pedro II, o Brasil teve que lidar com a instabilidade interna. Nesse período, houve cautela no envolvimento no Prata. Com a consolidação do Estado brasileiro na década de 1840 e consequente racionalização da política externa, o Rio da Prata passou a ser identificado como um espaço de ameaças, sem fronteiras definidas, com sistema político republicano e mão de obra livre. Uma das armas utilizadas era a “diplomacia dos patacões”, pela qual o Império concedia empréstimos a aliados platinos, de modo a alcançar seus objetivos na região. No final dessa década, foram consolidadas as diretrizes que nortearam a ação da diplomacia brasileira em relação ao Prata: definir as fronteiras, garantir liberdade de navegação nos rios internacionais da região, apoio às independências do Paraguai e do Uruguai, contenção da influência de Buenos Aires nesses países. Segundo Doratioto, essa concepção do partido Conservador do Império, de que a Argentina era uma ameaça e de que uma guerra era inevitável tornou-se uma “força profunda” na ação diplomática e, talvez, mesmo do imaginário brasileiro durante boa parte do século XX, até o início do processo de integração Brasil-Argentina na década de 1980. Em 1852, o Império derrotou Rosas, considerado o maior obstáculo à sua política para a região. Até a década de 1860, foi mantida a cautela nas disputas de Buenos Aires com a Confederação e foram perseguidas as diretrizes traçadas pelos conservadores.

Durante esse período, o Brasil adotou a política de reforçar a aliança com o Uruguai e Paraguai para conter a influência argentina. Essa lógica se inverteria a partir de 1862. No segundo capítulo, *A Guerra do Paraguai e a distensão*, Doratioto mostra como isso aconteceu “como resultado de uma sequência complexa de acontecimentos, que faziam parte do processo de consolidação dos estados nacionais na região” (DOTATIOTO, 2014, p. 41). O retorno do partido Liberal ao poder no Brasil, a guerra civil no Uruguai, com suas repercussões em território gaúcho, e a ascensão de Francisco

Solano López ao poder no Paraguai, após a morte de seu pai, desencadearam os acontecimentos que resultaram na Guerra da Tríplice Aliança. O período de aliança argentino-brasileira encerrou-se em 1868 com o retorno dos conservadores ao poder no Brasil e com o fim do mandato de Bartolomeu Mitre, político inclinado a uma aproximação entre os dois países. Assim, a Guerra do Paraguai encerrou-se com graves divergências, entre elas a posse do território do Chaco, que a Argentina reivindicava, e que o Brasil insistia ser de domínio paraguaio. Em fevereiro de 1872, o Brasil assinou com o Paraguai os Tratados de Paz, de Limites, de Extradicação e de Amizade, Comércio e Navegação, que nada mais era do que a paz em separado com o país guarani, vedada pelo Tratado da Tríplice Aliança. O Uruguai fez o mesmo em 1873. Somente em 1876, a Argentina resolveria com o Paraguai a questão de limites e assinaria a paz. Daí para frente, o Paraguai deixou de ser considerado prioridade por parte das chancelarias argentina e brasileira.

No capítulo terceiro, *Do Americanismo Ingênuo ao Pragmatismo Conservador*, o autor discorre sobre o período da República Velha no Brasil. O governo republicano, depois de uma postura inicial ingênua, de “somos da América e queremos ser americanos”, retomou a política imperial de contenção da Argentina. Houve, por exemplo, uma intervenção do governo Floriano Peixoto no Paraguai em 1894 para barrar a candidatura à presidência de José Segundo Decoud, considerado partidário da Argentina. No início do século XX, com a chegada de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, ao Ministério das Relações Exteriores foram atualizadas as diretrizes da política externa brasileira para o Prata que tinham sido aplicadas em boa parte do século XIX. Rio Branco investiu na relação com os Estados Unidos, de modo a conter, ao mesmo tempo, tentativas de intervenções europeias na América do Sul e eventual projeção internacional da Argentina. “Os dois princípios básicos dessa política eram o de abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o de favorecer a estabilidade política regional, prestigiando os governos constitucionais, quaisquer que fossem eles” (DORATIOTO, 2014, P. 76).

Foi mantida uma relação cordial com a Argentina e o governo brasileiro se absteve de interferir na política interna do Uruguai e Paraguai. Quando essa intervenção

era necessária, dava-se no sentido de apoiar o governo legal. Nesse período, houve um declínio da presença brasileira no Paraguai em detrimento da Argentina, já que esse país não obedecia aos mesmos princípios. Já o Uruguai, por razões econômicas e de proximidade com a fronteira sul, estava mais na órbita de influência brasileira.

No capítulo quarto, *Desconfiança e Precaução*, Doratioto analisa o período de 1930 a 1955. De forma geral, foi uma época de muita desconfiança entre Brasil e Argentina. Nos primeiros anos após a Revolução de 1930, Vargas manteve a política externa da República Velha. As mudanças começaram a partir de 1935, quando o quadro político interno estava estabilizado e o governo contava com a simpatia dos Estados Unidos. As divergências com a Argentina se deram em torno da pacificação da Guerra do Chaco, quando o governo argentino obstaculizava as negociações de paz para obter vantagens. O próximo foco de problemas foi a postura diversa dos dois países em relação aos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra. O Brasil, após uma vantajosa barganha entre 1939 e 1940, alinhou-se com a potência do Norte e se engajou no esforço norte-americano de garantir o apoio da América do Sul. A Argentina manteve durante quase todo o período da guerra o neutralismo, motivado pela atração de seu governo pelo nazifascismo.

Vargas buscou recuperar a influência brasileira no Paraguai. Realizou uma visita histórica a Assunção em 1941 e garantiu o apoio guarani aos Estados Unidos, apesar de setores do exército paraguaio preferirem a aliança com o Eixo. O governo Péron, no poder a partir de 1947, coincidiu com o governo Dutra. A diplomacia brasileira rejeitou o projeto de união latino-americana sob o controle argentino proposto por Péron. O Paraguai, por sua vez, jogava com as divergências dos países maiores, embora se aproximasse mais do Brasil, encerrando esse período com um grande adepto da aliança brasileira no poder, Alfredo Stroessner. As relações do Brasil com o Uruguai continuaram cordiais.

No quinto capítulo, *Aprendizado de Cooperação e Superação de Divergências*, é examinado o período entre 1955 e 1989. Segundo Doratioto, Brasil e Argentina vivenciaram, no final dos anos 50 e início dos 60, um dos melhores momentos nas suas relações durante o século XX, apenas rivalizado com aquele dos governos Sarney e

Alfonsín, na década de 1980. As relações foram boas nos governos Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Os problemas recomeçaram com os governos militares no Brasil.

As relações com o Paraguai continuavam positivas, agora com a identidade ideológica entre os governos brasileiro e o governo Stroessner. Uma questão não resolvida de fronteira deu origem ao projeto de construção de Itaipu durante o governo Médici. A Argentina reagiu ao projeto, alegando que inviabilizaria a construção da usina de Corpus e exigindo que o governo brasileiro realizasse consultas prévias ao argentino para continuar o projeto. O Brasil resistiu o que resultou em um conflito com vários desdobramentos que se encerrou somente em 1979 com a assinatura do Acordo Tripartite entre os três governos interessados.

O capítulo sexto, *O Caminho da Integração*, aborda o período de aproximação argentino-brasileira que resultou na formação do MERCOSUL em 26 de março de 1991. O processo iniciou com o Acordo Tripartite e prosseguiu com apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas. A redemocratização na Argentina, em 1983, seguida pela brasileira, em 1985, acelerou o curso da aproximação. Passaram a ocorrer encontros periódicos e assinatura de diversos tratados. O Uruguai acompanhou esse processo, ao passo que o Paraguai, privado da barganha acarretada pela rivalidade argentino-brasileira, se isolava numa ditadura que demonstrava desgaste e se encerrou em 1989 com a deposição de Stroessner. Após o acordo do MERCOSUL, em 1991, os quatro países assinaram em 1994, o Protocolo de Outro Preto que conferia personalidade de Direito Internacional ao MERCOSUL e marcava o início da União Aduaneira.

O Brasil no Rio da Prata, além de ser um resumo das relações do Brasil com a região platina, tem um foi condutor que Doratioto esclarece no prefácio: enfatizar que, embora nas relações argentino-brasileiras, a desconfiança mútua e a rivalidade tenham predominado, ocorreram iniciativas de entendimento e aproximação que são bem menos citadas pelos estudiosos. E aqui o autor trata de apresentá-las, seja na proposta de José Bonifácio de Confederação entre o Brasil e as Províncias do Rio da Prata, nunca implementada, seja nos esforços de Bartolomeu Mitre após a Guerra do Paraguai, nas



Conjuntura Austral

relações entre Hermes da Fonseca e Roque Sáenz Peña ou entre Juscelino Kubitschek/Jânio Quadros e Arturo Frondizi. Conhecer esses momentos coloca a histórica rivalidade em perspectiva e permite compreender melhor a aproximação, bem como os desafios hoje por ela enfrentados.

*Resenha recebida em 18 de agosto de 2014.
Aprovada em 30 de setembro de 2014.*